



Bancários cobram medidas mais efetivas contra o assédio moral



Adriana Nalesso cobrou mais efetividade na cláusula que trata da prevenção de conflitos no trabalho

Os bancários sofrem com sobrecarga de trabalho, corte de empregos; cobrança abusiva por metas; assédio moral e outros fatores nocivos à saúde. Na negociação com a Fenaban, na quinta-feira (19/7), sobre Saúde e Condições de Trabalho, o Comando Nacional dos Bancários reivindicou a alteração no modelo de gestão implementado pelos bancos, que tem ampliado o adoecimento físico e psíquico da categoria, em função do assédio moral, associado, entre outros, à cobrança de metas inatingíveis.

Também como forma de combater o assédio, foi cobrada mais efetividade na cláusula sobre o assunto – já existente na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) – a chamada cláusula de prevenção de conflitos. A Fenaban se comprometeu em estudar a possibilidade de diminuir o prazo de apuração e retorno nos casos de denúncias de assédio moral feitas aos bancos, previsto nesta cláusula.

SEGURANÇA

Também foram abordadas

questões de segurança, a fim de diminuir os riscos a que estão submetidos bancários e clientes, além da discussão de reabertura de agências para melhor atender às necessidades dos municípios. “A bancarização é obrigação do setor. Os bancos para diminuir os riscos fecharam agências e algumas unidades funcionam sem numerário. O sistema financeiro precisa e deve atender às demandas da sociedade e não apenas priorizar os lucros”, defendeu a presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso, que faz parte do Comando Nacional e participa das negociações.

Foi reivindicada, ainda, a exclusão da cláusula que trata de junta médica para avaliação de bancários durante o período de afastamento. O Comando sustentou que não cabe a convocação do licenciado e em tratamento, seja porque está doente, e, como consequência, com o contrato de trabalho suspenso, com amparo da perícia da Previdência Social. A junta, por isto mesmo, é um absurdo.

Também foi abordada a questão da estabilidade para quem

retorna ao trabalho após cancelamento da aposentadoria por invalidez. O INSS tem cancelado os benefícios e os trabalhadores retornam totalmente desprotegidos.

FENABAN NEGA ADOECIMENTO

O Comando Nacional apresentou na negociação recentes pesquisas sobre o tema, entre elas, a realizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) com base nos afastamentos pela Previdência. O estudo revela que os afastamentos por doenças psicossomáticas aumentaram na categoria.

A Fenaban, no entanto, refutou estes dados. Afirmou que estes transtornos mentais são fenômenos mundiais, não necessariamente relacionados ao trabalho. Acrescentou, ainda, que a pesquisa mostra a maior incidência deste tipo de doença nos bancos, porque atinge mais jovens e mulheres que são os segmentos mais presentes na categoria.

Próximas negociações

20/7 e 26/7 – Caixa
23 e 26/7- Banco do Brasil
25/7 – Fenaban: Emprego
1/8 – Fenaban: Remuneração

OS DADOS DA PESQUISA

A pesquisa MPT/OIT foi feita com base nos afastamentos pela previdência no Brasil. Revela que os motivados por doenças psicossomáticas aumentaram na categoria. O estudo comprova que os bancos são responsáveis por 15% do total de casos de afastamentos por causas mentais verificados em todos os setores, nos anos de 2012 a 2017. A proporção aumenta para 16% quando se consideram os afastamentos por depressão: são 3.641 bancários afastados por este motivo.

O grupo de doenças osteomusculares e do tecido conjuntivo passou de 55,2% dos afastamentos, em 2012, para 40,3%, em 2017. O grupo doenças mentais e comportamentais sobe de 34,1% para 42,3%, em 2017, e o grupo de doenças nervosas tem sua participação relativa ampliada de 10% para 17,2% entre 2012 e 2017. Já o grupo que se refere a “outras causas”, é muito baixo em relação aos demais.

Ao comparar os afastamentos por tipo de doença a pesquisa revela que os bancários associam o estresse à profissão e que o trabalho é fonte de apreensão constante: de medo por exposição pública; de tensão permanente por temor de assalto e violência. E ainda um ambiente de baixa tolerância ao erro; de acúmulo de tarefas; e de fácil supervisão e comparação entre colegas. “Os bancários apontam a realidade do setor, eles vivenciam isso no dia a dia. E exigem mudanças”, defendeu Adriana.

TWITTAÇO DOS BANCÁRIOS

No topo das redes sociais

Organizado pelos bancários e trabalhadores de outras categorias, o twittaço começou nesta quinta-feira (19), às 9h e permaneceu durante duas horas entre os assuntos mais comentados do Brasil no Twitter com a hashtag Quero Trabalhar Em Paz. O motivo desse manifesto se dá por conta da necessidade de melhores condições de trabalho e saúde, além do fim do assédio moral e metas abusivas dos bancos.

TEMA DA NEGOCIAÇÃO

A terceira mesa de negociação da Campanha Nacional entre Bancários e a Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), realizada na quinta-feira, dia 19, tratou justamente dos temas da saúde e condições de trabalho.

SOBRECARGA E ASSÉDIO

As maiores reclamações dos bancários se dão por conta da sobrecarga de trabalho muito influenciada pelas demissões, cobranças abusivas de metas, assédio moral e outros assuntos que prejudicam a saúde do empregado. Na avaliação dos sindicalistas, boas condições de trabalho representam um melhor atendimento aos clientes, um ganho para todos.

SAÚDE CAIXA

Roupas brancas no dia 25

Em defesa do Saúde Caixa, os empregados do banco devem usar roupas brancas no dia 25 de julho. A data foi definida como o Dia Nacional de Luta em Defesa dos Planos de Saúde de empresas públicas, pelo Comando Nacional dos Bancários. O objetivo é denunciar a tentativa de ataque aos acordos coletivos e aos direitos dos trabalhadores das empresas públicas. O governo Temer apresentou diversas alterações à gestão dos planos de assistência médica dos trabalhadores das empresas públicas federais.

Análise Econômica do DIEESE

Centrais lançam propostas para o desenvolvimento

Clemente Ganz Lúcio[1]

O desemprego atinge mais de 13 milhões de pessoas, o desalento cresce entre os trabalhadores e ¼ da mão de obra é subutilizada, mal aproveitada em ocupações parciais, informais e com remunerações baixas. A economia tem dificuldade para sair da recessão e anda de lado, sem dinamismo. As estimativas de crescimento do PIB para 2018 são continuamente revisadas para baixo. O governo vende as empresas públicas e as reservas naturais; e as multinacionais compram tudo, inclusive as companhias privadas brasileiras.

Nesse quadro, as eleições de outubro carregam, para muitos, a expectativa de construção de uma saída para reorientar a estratégia de desenvolvimento, fortalecendo as instituições e recuperando os fundamentos constitucionais.

Por isso, mais uma vez, as Centrais Sindicais (CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB e Intersindical) tomaram a iniciativa, de forma unitária, de apresentar uma agenda para o redirecionamento da estratégia de desenvolvimento do país. São propostas que indicam que o caminho é outro, diferente deste que hoje é trilhado. A iniciativa afirma novamente a importância dos sindicatos e da luta dos trabalhadores, que visa promover o bem-estar, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental para todos.

A Agenda Prioritária da Classe Trabalhadora – democracia, soberania e desenvolvimento com justiça social: trabalho e emprego no Brasil, lançada em 6 de junho de 2018 (disponível em www.dieese.org.br e nos sites das Centrais), apresenta 22 propostas estratégicas para recolocar o Brasil na trajetória do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Entre os itens destacados estão o emprego, a reforma tributária, a prioridade para a

educação, a atenção à saúde e o combate às desigualdades, entre outros temas.

O objetivo da Agenda é mobilizar trabalhadores e sindicatos para o debate sobre diversas questões e propostas que, na se-

“O papel do Estado como articulador das políticas públicas e dos investimentos, inclusive com empresas públicas fortalecidas, precisa ser recuperado”

quência, devem ser apresentadas aos candidatos que concorrem aos legislativos e executivos estaduais, bem como aos que concorrem à presidência da República, à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal. É uma Agenda que busca o diálogo - sustentado pelo interesse em pensar estrategicamente o desenvolvimento do país - e o debate público - para que a nação, de maneira soberana, decida o rumo que quer tomar.

O desemprego - hoje estrutural - é o problema que demanda medidas mais urgentes e que produzam efeitos em curtíssimo prazo. Entre as iniciativas que poderiam ser implementadas está a criação de ocupações visando à retomada de serviços e pequenas obras públicas, hoje paralisados. Esse tipo de determinação teria grande impacto sobre o emprego na cadeia da construção civil.

O diálogo social deve ser a

aposta para firmar compromissos em torno de um projeto de desenvolvimento em cuja base haja um sistema de relações de trabalho democrático, com sindicatos representativos e autônomos, direito de negociação para os servidores públicos e garantia de organização sindical desde o local de trabalho.

A legislação laboral requer uma reestruturação que elimine todos os aspectos que precarizam os direitos dos trabalhadores e enfraquecem os sindicatos, a fim de valorizar as negociações e a solução ágil dos conflitos.

O papel do Estado como articulador das políticas públicas e dos investimentos, inclusive com empresas públicas fortalecidas, precisa ser recuperado, com a mudança na lei do teto do gasto público, na gestão e governança das estatais.

É essencial que as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, bem como de seguridade e previdência social, sejam remodeladas de acordo com o mundo do trabalho em mudança - novas ocupações, predominância dos serviços, uso de tecnologia etc. - e orientadas para a construção de proteção universal dos cidadãos durante a vida laboral e a aposentadoria.

As propostas da Agenda consideram que as saídas da crise serão tomadas no campo da política, essa prática milenar de luta e diálogo que delinea caminhos na complexidade da diversidade humana de interesses, visões e poder.

Do lado sindical, existe a certeza de que só um movimento capaz de promover mobilizações propiciará um novo campo de diálogo e possibilidade de entendimento e acordo. Estamos distantes, mas o desafio é intensificar a ação em busca da aproximação.

[1] Sociólogo, diretor técnico do DIEESE.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso - **Sede** - Av. Pres. Vargas, 502 /16º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 - Centro - Fax (Redação): (021) 2103-4112 - **Sede Campeste** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) - **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) - Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), Marcelo Ribeiro (Unibanco/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** José Eurides de Queiroz - Mtb 11.732 SP, Olyntho

Contente - Mtb 14173/RJ - **Estagiário:** Gabriel de Oliveira - **Ilustrador:** Julio Mariano - **Diagramadores:** Marco Scalzo e Fernando Xavier - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca - Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 - Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 - Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 - Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 - Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 - **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 18.000**

CASSI E SUSTENTABILIDADE

Funcionalismo rejeita proposta do BB e cobra retomada da negociação

O coordenador do Gat Saúde da Anabb (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil) Fernando Amaral destacou a importância da Cassi e apresentou proposta preservando a história e os princípios do plano de saúde, durante debate realizado na quinta-feira, 19, no auditório do Sindicato dos Bancários do Rio.

Hoje na Cassi a contribuição é de 9,85%, sendo 4% para os associados e 5,85% para o banco. A proposta da empresa, da Cassi e das entidades envolvidas, que será submetida a votação, prevê uma contribuição ordinária de 8,5%, sendo 4% para os funcionários e 4,5% para o BB.

“Com esta proposta, toda a diferença sobrecarregaria na folha do funcionalismo, sobre contribuição por dependentes para quem está na ativa e mais um aumento da co-participação”, explica.

Amaral alerta que, pela proposta do banco, a contribuição dos funcionários vai variar de 4% a 8,42% dos salários e pela proposta da Cassi, esta variação será de 4% a 7,92%, o que quebra o princípio da solidariedade, uma conquista dos trabalhadores.

“Defendemos o voto não porque com a contribuição de 5,5% de todos os empregados e o BB pagando 8,3% a gente consegue o equilíbrio da Cassi, mantendo a solidariedade até 2025, quando então a gente iria rediscutir a correção deste percentual”, afirma.



Nando Neves

O auditório do Sindicato ficou cheio no debate em que Fernando Amaral apresentou proposta para a sustentabilidade da Cassi

IMPORTÂNCIA DA CASSI

Aos 74 anos, a Cassi existe para suprir a ausência e fragilidade dos órgãos de saúde pública, garantindo qualidade e satisfação dos bancários e familiares, que desde o ano de 1997 podem integrar o plano da Cassi Família. O sistema de saúde da Cassi oferece cobertura assistencial e ocupacional e gestão de saúde.

SAÚDE

Fernando ressalta a valorização que a Cassi dá ao público idoso, ao contrário de outros planos de saúde. “Temos 28% dos usuários idosos enquanto o mercado só tem

5% no máximo, ou seja, isso não é um problema para nós, e sim a confirmação que o plano está certo, já que boa porcentagem de pessoas consegue atingir essa faixa etária dentro do nosso programa”, comenta.

MENOR CUSTO

Amaral lembrou ainda que a Cassi tem o menor custo comparado aos demais planos por causa da estratégia de saúde. “Temos um número de utilização de serviços assistencialistas superiores ao do mercado, assim como a quantidade maior de exames, consultas e diag-

nósticos. O uso qualificado da rede e da CliniCassi que atua como viabilizadora da estratégia de saúde é fundamental”, afirma.

COMPROMISSO COM A CASSI

Mesmo diante dos lucros exorbitantes, o Banco do Brasil tenta tirar sua responsabilidade em relação ao compromisso com a Cassi, tentando impor o aumento da participação dos associados, para diminuir sua contribuição.

“Como patrocinador do plano, o BB tem grande importância para o crescimento da Cassi, e sua proposta visa exclusivamente favorecer apenas aos interesses do banco, através do chamado “voto de qualidade”, postura da administração do banco que representa um risco real que pode resultar na fragilização da Cassi”, acrescenta.

RATEIO

O fundamento de cada rateio é dividir entre os usuários de forma igual a contribuição mensal garantindo os recursos para todos empregados e familiares poderem usufruir do acesso clínico. O modelo atual é a faixa de renda, o modelo da solidariedade, que defende a manutenção da atual proporção: 60% Banco e 40% Cassi.

A palestra foi gravada por completo pelo Sindicato e estará disponível nas redes sociais e site em breve.

PARA LER

Rita Serrano lança livro sobre a Caixa

Em tempos que o governo Michel Temer (MDB) ressuscita o projeto privatista de empresas e bancos públicos, é em boa hora que a bancária Rita Serrano, que representa os empregados no Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, lança o livro “Caixa, banco dos brasileiros”. O lançamento, uma iniciativa da Apcef/Rio, será no dia 23 de julho, às 10 horas, no prédio da Avenida Almirante Barroso, no Centro da cidade.

A obra traz um resgate da história da instituição, desde a sua criação, em 1861, reafirmando a necessidade de sua manutenção



Rita Serrano é representante dos empregados da Caixa no Conselho de Administração do banco

como empresa pública voltada para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

“A Caixa é uma empresa centenária que deve continuar pública e a serviço dos brasileiros. E, nesse momento em que o risco de privatização é grande, torna-se fundamental conhecer o passado da instituição para fortalecer a nossa luta presente”, explica a autora.

Recentemente, Rita participou da coletânea “Se é público, é para todos”, assinado capítulo sobre a Caixa e é autora do livro “O desenvolvimento socioeconômico de Rio Grande da Serra (2007).

COPACABANA

Sindicato para agências do Itaú contra demissões e convoca bancários para a luta

Fotos: Nando Neves



Diretores do Sindicato durante a paralisação em uma das sete agências do Itaú, em Copacabana. Clientes apoiaram o protesto

O Sindicato comandou um grande protesto contra as demissões no Itaú na última quarta-feira (18/7). O bairro escolhido foi o de Copacabana, onde pararam sete agências: nas Avenidas Nossa Senhora de Copacabana e Atlântica e na Rua Figueiredo de Magalhães. Nelas, foram demitidos Gerentes de Suporte Operacional (GSO), entre outros.

O objetivo do banco é o de cortar custos para aumentar ainda mais seus gordos lucros, mostrando não ter qualquer preocupação em jogar no desemprego os responsáveis pelo excelente desempenho da empresa, ou com os clientes, que vêm reclamando da queda na qualidade do atendimento em função da contínua redução de pessoal. A paralisação teve adesão total dos bancários e apoio dos clientes.

Representantes do setor de Relações Sindicais do Itaú entraram em contato com o Sindicato para saber o motivo do protesto. A diretora da entidade e integrante da Comissão de Organização dos Empregados (COE), Maria Izabel Menezes, explicou que a finalidade era fazer com que o banco marcasse uma negociação em que seria cobrado o fim das demissões. “Até o final do expediente não

houve retorno. Desta forma, advertimos que, enquanto o Itaú não abrir um canal de negociação sobre o assunto, as paralisações vão continuar”, avisou.

Izabel condenou a estratégia equivocada do banco de obter lucro a qualquer preço, inclusive, contratando pessoas sem experiência no sistema financeiro para substituir GSO, o que aconteceu em pelo menos uma das agências de Copacabana.

O também diretor do Sindicato, Adriano Campos, disse que as demissões em massa num banco que tem tido lucros recordes a cada ano, mostram ganância e falta de responsabilidade. “O Itaú vai muito bem de vida, não tendo motivos para promover dispensas. Vale ressaltar que os atingidos têm sido os com mais tempo de banco substituídos por novos com menor salário, quando há a reposição da mão de obra”, comentou.

CARAVANAS

A diretoria do Sindicato vem percorrendo os principais bairros da cidade do Rio de Janeiro. Nesta terça-feira (17/7) foi a vez de Copacabana. Os diretores visitaram as agências das avenidas Nossa Senhora de Copacabana, Barata Ribeiro, Princesa Isabel e ruas adjacentes,

informando sobre o andamento das negociações da Campanha 2018, entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban.

A presidenta do Sindicato, Adriana Nalesso ressaltou a importância dos bancários se empenharem em participar e se mobilizar. Até aqui os bancos têm se recusado a assinar o pré-acordo garantindo a ultratividade, ou seja, a manutenção integral dos direitos previstos nas cláusulas da CCT, após a data-base. Se persistirem nesta posição, no dia 31 de agosto, todos os direitos garantidos na Convenção deixarão de valer.

“O risco é enorme. Mas o que vai ditar o rumo das ne-

gociações é a menor ou maior participação da categoria. É o tamanho desta pressão que vai fazer com que a Fenaban saia desta postura e aceite a preservação dos direitos até a assinatura da nova convenção, como sempre aconteceu, ou se mantenha intransigente”, explicou Adriana aos bancários nas agências por onde passou a caravana do Sindicato.

O diretor do Sindicato, Edelson Figueiredo alertou os bancários para necessidade de se mobilizar o quanto antes. “Nada cai do céu. Temos que lutar, participar, procurar nos informar sobre os rumos da campanha”, disse.



Novas paralisações poderão ocorrer, caso o Itaú continue com as demissões